

QUEBRA DE DECORO

Renan Calheiros nega que esteja pensando em deixar o cargo, mesmo diante do clima tenso que se criou. Tucano faz discurso pedindo o afastamento, causando constrangimentos

Presidente não 'arreda pé'

ROOSEWELT PINHEIRO/AGÊNCIA SENADO

Brasília – O presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que jamais considerou a possibilidade de se afastar do cargo. “Eu não arredarei o pé da presidência”, declarou, repetindo frase de duas semanas atrás. “Vou responder absolutamente tudo o que houver. Como não há nada, será uma coisa fácil”, disse o senador a jornalistas que o abordaram quando saía de seu gabinete pessoal, de onde havia acompanhado, por informes de aliados, o andamento da reunião em que a Mesa Diretora do Senado decidiu reenviar o processo contra ele de volta ao Conselho de Ética.

Seus aliados mais próximos não partilham da avaliação de que será fácil responder a tudo. Ao contrário, a avaliação geral é que sua situação se torna a cada dia mais difícil. “Está muito ruim”, admitiu, em uma conversa reservada, o senador José Sarney (PMDB-AP), que forma, com Renan, a principal dupla de apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Senado.

Apesar da pressão das oposições, Renan demonstra não se intimidar: “Me sinto inteiramente à vontade. Eu já fiz a prova contrária, e estou disposto a repeti-la, se for necessário”. O presidente do Senado, apesar de alertas de aliados, afirmou: “Não há crise na instituição, porque o Senado tem deliberado até mais que a média. E vamos continuar deliberando. Há uma maioria que vai se fazer valer sempre, e essa maioria garantirá a governabilidade”.

Sobre a decisão de Mesa do Senado de enviar de volta ao Conselho de Ética a representação do PSOL contra ele, Renan disse que a direção da Casa “apenas referendou de maneira democrática” a decisão dele próprio, tomada em 31 de maio, quando recebeu a representação e a encaminhou ao Conselho. “Nós mandamos monocraticamente porque havia uma pressão no Congresso e na sociedade. Mas a Mesa referendou o que fiz em maio. Foi bom que isso tenha acontecido”, afirmou o senador.

PLENÁRIO Com Renan presente na tribuna do Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu que o senador se afaste da presidência da Casa até que o Conselho de Ética conclua as investigações contra ele. O pedido constrangeu Renan.

Virgílio disse que decidiu pedir o afastamento do senador

diante da decisão unânime da bancada do PSDB no Senado. “Se essa é uma decisão partidária, esse é um estilo meu. A posição do PSDB é sugerir a Vossa Excelência, olhando nos seus olhos, que se afaste da presidência do Congresso Nacional até a conclusão definitiva das investigações.”

Renan ouviu calado o discurso do tucano, mas ao final disse que não vai atender ao “sentimento desarrazoável da teimosia”, ao enfatizar que permanecerá na presidência do Senado. “Com serenidade e reflexão, entendo que devo permanecer na presidência do Senado mesmo que isso contrarie apetites políticos de ocasião. O Senado é bem maior que a crise que querem agigantar”, disse o peemedebista.

O senador ainda reiterou ser inocente das denúncias. “Sucumbir à sedução de um pseudoclamor é atitude incompatível com a coragem. Já comprovei documentalmente a minha inocência, mesmo com a inversão do ônus da prova.”

Antes do discurso, Virgílio já havia comunicado a Renan, em um bilhete, que pediria o seu afastamento da presidência do Senado, como apelo para que o senador não estivesse no comando dos trabalhos do Senado no momento do pedido. Renan chegou ao plenário pouco depois de o tucano dar início a seu discurso, mas Virgílio interrompeu as palavras para esperar que o presidente do Senado tomasse o seu lugar. Prevenido, Renan levantou por escrito o discurso em resposta ao tucano, no qual enfatizou que não vai deixar a presidência durante as investigações do Conselho de Ética.

Outros senadores pediram a palavra para defender a saída de Renan. “Entendo que é melhor para o Senado que esse processo seja feito com outra pessoa no seu lugar, provisoriamente”, disse o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE).

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o Senado caminha para clima de desordem diante de Renan. “Entendo que é melhor para o Senado que esse processo seja feito com outra pessoa no seu lugar, provisoriamente”, disse o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE). Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o Senado caminha para clima de desordem diante de Renan. “Entendo que é melhor para o Senado que esse processo seja feito com outra pessoa no seu lugar, provisoriamente”, disse o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE).



Líder do PSDB, Arthur Virgílio faz discurso sugerindo que Renan deixe a presidência até o fim das investigações contra ele

Pressão também de aliados

Brasília – O clima é cada vez mais tenso e cresce a pressão para a renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL). Por unanimidade, os quatro senadores do PDT decidiram pedir o afastamento temporário do senador da presidência do Senado até que sejam concluídas as investigações. A decisão do partido foi anunciada pelo senador Jefferson Peres (PDT-AM) em nota lida no plenário do Senado. Segundo Peres, sem tal atitude haverá descrédito nas investigações e grave dano ao Congresso.

A bancada do PT no Senado também divulgou nota em que defende a continuidade das investigações sobre o presidente do Senado no processo em que é acusado, no Conselho de Ética, de quebra do decoro parlamentar. A nota é assinada também pelos senadores que representam no conselho o bloco de apoio ao governo – Renato Casagrande (PSB-ES) e Epitácio Cafeteira (PTB-MA).

A nota diz que eles aplaudem a decisão da Mesa Direto-

“Se ele (Renan) presidir a sessão, entraremos em obstrução. Até porque é uma questão de coerência. Já que pedimos o seu afastamento, não temos como concordar que ele presida uma sessão do Congresso”

■ Fernando Coruja (SC), líder do PPS na Câmara

do Senado de devolver o processo ao conselho. “Nesta oportunidade, os senadores expressam sua irrestrita confiança no prosseguimento das investigações no conselho, observados o devido processo legal e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.”

O texto afirma ainda que os parlamentares se empenharão para que o procedimento em

curso seja concluído de forma rápida, “nos estritos termos constitucionais, legais e regimentais, fazendo-se a necessária Justiça”.

Também houve reação na Câmara. O PPS anunciou que fará obstrução na próxima sessão do Congresso se Renan quiser presidi-la. Até o fim da semana que vem, a Câmara e o Senado deverão realizar sessão

conjunta para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se o projeto não for aprovado até o dia 17, os parlamentares não poderão iniciar o recesso, que começa no dia 18.

“Se ele presidir a sessão, entraremos em obstrução. Até porque é uma questão de coerência. Já que pedimos o seu afastamento, não temos como concordar que ele presida uma sessão do Congresso”, afirmou o líder do PPS, deputado Fernando Coruja (SC). “O PPS pede que Renan se afaste e deixe que o Senado investigue com mais liberdade para tomar um posicionamento”, acrescentou.

A obstrução é um grande obstáculo para a realização de sessões do Congresso, que são marcadas pela falta de quórum. Sem número suficiente de parlamentares no plenário, as votações só são possíveis quando há acordo entre os líderes. Quando todos concordam, as votações são simbólicas, sem registro nominal de voto. Mas, quando não há acordo, a sessão é encerrada e nada é votado.

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELETTI

Impunidade

Se há uma convicção generalizada na opinião pública brasileira é sobre a impunidade dos políticos: eles sempre se safam, quando são apanhados fazendo as suas. Fundamentos não faltam a essa noção, bastando lembrar do que ocorreu nos anos mais recentes.

Esse mal, sabemos todos, não começou agora, mas, se pensarmos com mais cuidado, não tinha, até bem pouco tempo, a gravidade de hoje. Ou seja, não é que a impunidade de nossos políticos seja um problema eterno e imutável. Ao contrário e pior, ele tem aumentado e se agravado.

Não faz tanto tempo, chegamos a viver o sentimento oposto, quando uma conjugação de fatores

levou ao impeachment de um presidente. É verdade que Collor não foi punido no sentido jurídico, mas a punição política que sofreu equivaleu à pena máxima, com a perda do cargo e a suspensão dos direitos políticos.

Naquele momento, a sociedade brasileira teve a sensação de que, se um político fizesse algo que o povo julgasse errado, seria inapelavelmente castigado. Aquilo encheu de brios cidadãos até humildes, que se sentiram donos efetivos dos mandatos outorgados a seus representantes. Se você pode tirá-los de quem não os merece, é porque são seus.

Quando, no ano seguinte, estourou o primeiro grande escândalo no Congresso depois

da redemocratização, essa imagem acabou sendo reforçada. Dos anos do Orçamento, cujas malfeitorias foram expostas, quase todos foram punidos, nunca mais retomando à vida pública. Naquele momento, houve mais excessos punitivos que de acobertamento, como provou, com alto sacrifício, um presidente da Câmara, vítima de um rigor que, hoje, se consideraria totalmente exacerbado.

Mas foi uma bela lição que se pode tirar dos dois episódios: era melhor a democracia que a ditadura, não porque, nela, todo mundo é santo, mas porque os pecadores podem ser punidos, até mesmo aqueles que apenas pareciam ter feito errado.

Assim, nos primeiros anos da nova democracia, enquanto a sociedade brasileira ainda lutava para consolidá-la, nosso sistema político foi muito mais

firme do que hoje, na intransigência contra as imoralidades e as ilegalidades praticadas por políticos. Foi depois, quando a democracia ficou mais normal, que tudo piorou.

Resalve-se, no entanto, que duas figuras tão emblemáticas quanto Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho foram forçados à renúncia não faz muito tempo. Em outras palavras, a deterioração é bem mais recente.

O que estamos vivendo é um rescaldo especialmente deletério do mensalão. Foi lá que o PT ficou atado em compromissos e tolerâncias que nada têm a ver com sua história, sua militância e a maior parte de seus quadros. Com isso, calou uma voz que tinha se caracterizado por ser de consciência. Não surgiu, ainda, outra de porte semelhante. De lá para cá, salvo as exceções de praxe,

ninguém se escandaliza com mais nada no Congresso.

Mas o que está acontecendo agora no Senado passa até dos limites elásticos destes últimos tempos. As manobras ridículas, as declarações acintosas, vindas de personagens cada vez menores, sugerem que, hoje, não é mais a sensação de impunidade que governa as ações. Louve-se a nota e o comportamento do PSDB, mas nada indica que seja mais que o sentimento da minoria.

A maioria, pelo que parece, do Senado, não está apenas mostrando que entende que pode fazer tudo, pois nada lhe será cobrado. Mostra que não tem mais sequer um mínimo sentido do que deveria ser a legalidade. Quem teme a punição pelo menos reconhece que existe a lei que descumprir. Quem pouco se importa está fora dela por completo.

“Era melhor a democracia que a ditadura, não porque, nela, todo mundo é santo, mas porque os pecadores podem ser punidos”

